



Percurso afro-brasileiro

Sheila Luiz de Sousa¹ (IC)*.

lluizsheila@gmail.com

<http://www.quirinopolis.ueg.br>

Resumo: Essa comunicação consiste na apresentação de resultados obtidos, como bolsista de iniciação científica. Projeto de pesquisa Alufás, “feiticeiros” e mandingueiros: trajetórias e práticas culturais de sacerdotes e curandeiros africanos em Goiás colonial e imperial (1720-1850) coordenado pelo Prof. Dr. Daniel Precioso (UEG). Procuraremos realizar alguns apontamentos, em perspectiva histórica, sobre as religiões afro-brasileiras e suas práticas. Propõe uma análise da presença africana em Goiás desde a chegada dos colonizadores até a abolição do tráfico internacional de escravos, visando suprir uma lacuna existente nos estudos que abordam as práticas culturais dos africanos – cativos ou forros – nesse período. Seu objetivo geral é compreender as práticas culturais dos africanos escravizados em territórios goianos, com ênfase para as de sacerdotes e curandeiros (chamados de “alufás”, “feiticeiros”, entre outros termos). Deveram ser alcançados os objetivos específicos: por meio da leitura das obras de referência sobre o tema, compreender a difusão das práticas de cura e religiosas de africanos escravizados em Goiás colonial e imperial;

Palavras-chave: Africanos escravizados. Sacerdotes. Práticas religiosas. Goiás.

Introdução

Será arrolado neste os aspectos das religiões africanas, as quais influenciaram as religiões afro-brasileiras e suas práticas. Pois é possível constatar que a matriz das expressões religiosas, afro-brasileiras tem as suas raízes enraizadas profundamente em sua descendência africana sendo também influenciadas por outras religiões como o Islamismo e o cristianismo. Para uma melhor compreensão é preciso avaliar a origem da população negra africana escravizada e aprisionada no Brasil.

E de suma importância compreender, as formações tribais do povo africano, pois é dela que se origina as suas crenças religiosas e preciso observar como estas crenças afetaram o desenvolvimento das religiões afro-brasileiras executadas no Brasil império. Quando se fala em África pouco ainda se sabe de sua História cultural e material, a gama de conteúdos encontrada está basicamente ligada a relatos de visitantes que observaram as formações tribais e seu comportamento ainda com o seu olhar de rejeição e estranhamento.

Olhar este que por muito não consegue descrever o comportamento religioso da tribo com maior rigor. Pois não abandona aos preconceitos instituídos ao

REALIZAÇÃO



desconhecido. A Priore os estudiosos e missionários que relatam o comportamento dos povos africanos poderia afirmar que os cultos religiosos dos africanos se tratavam de rituais profanos, por suas características peculiares que diferiam se completamente do modo eurocêntrico, por se tratar de cerimônias agitadas com batuques danças que por eles eram vistas com inapropriadas, O momento em que o olhar do pesquisador se volta para a oralidade meio pelo qual os africanos perpetuavam sua História passa a ser possível uma maior compreensão.

Material e Métodos

Até o momento, foram coletadas fontes no Arquivo Frei Simão Dorvi (Cidade de Goiás-GO) e no Digitarq/ANTT. No primeiro arquivo, foram localizados processos envolvendo homens de cor (africanos, crioulos ou mulatos) e documentação diversa (escrituras de doação, alforrias e quartamentos e etc.); no segundo, foram localizados os processos, denúncias e correspondências do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, referentes à prática de “feitiçaria” ou “bruxaria” por parte de africanos (escravos ou libertos) na África e na América portuguesa. Dentre esse material coletado, dei início à análise de casos referentes à Goiás, como por exemplo, a “escritura de doação que fez Maria Francisca da Silva de uma morada de casas à Irmandade de São Benedito (Cartório de Ofícios Civis, Livro Letra F, 009, 1799, Arquivo Frei Simão Dorvi)”. Também me debrucei sobre um processo da Inquisição (ANTT) intitulado “Correspondência de Catarina Juliana, preta forra, reino de Angola”, acusada de “bruxaria” (Cx. 1580, documentação dispersa).

Resultados e Discussão

A presente pesquisa instituiu a necessidade de compreender de forma analítica a religião dos bantos. Portanto é preciso esclarecer a sua formação original e como os indivíduos seguiam os seus preceitos, esta foi vivenciada por membros do tronco linguístico dos bantos que compreendiam a religião como marca de sua origem.



Todos os povos que compartilhavam a cosmovisão banto acreditavam em um deus único, supremo e criador, chamado de Kalunga, Zambi, Lessa ou Mvidie, entre outros nomes, de acordo com o grupo étnico específico e com os atributos que se pretendia destacar nessa divindade, como a totalidade da vida, a superação de tudo em todos, a força e a inteligência. (DAIBERT, 2015, p. 11)

Pois o deus único e supremo teria criado as forças da natureza e seus ancestrais encarregando-os de povoar o mundo e cuidar deste juntamente com os espíritos da natureza. Deste modo é possível notar que mesmo que os africanos escravizados se dirigissem ao seu deus único com nomenclaturas diferentes tratava-se de uma única entidade suprema e distante que não mantinha com eles uma comunicação direta após a criação. Haveria ficado a cargo dos ancestrais, os arquipatriarcas a comunicação entre os vivos e o deus supremo de modo que estes por serem parte da criação original assumiriam ao poder de divindade após sua morte fazendo assim a ponte entre o mundo dos vivos e mundo dos espíritos.

Em terceiro plano na pirâmide que forma a religião banto estão apontadas as forças da natureza como a chuva que poderia dizimar a comunidade, o espírito da terra também poderia se rebelar caso não fosse respeitada e assim como as demais forças como rios, deste modo era necessário cultuar aos antepassados e as forças da natureza que contribuíam para a harmonia do clã a divindade suprema quase nunca era cultuada. Os cultos religiosos incluíam imagens criadas para divindades inferiores como os antepassados arquipatriarcas e os espíritos da natureza, somente estes possuíam imagens para o culto de modo que assim como na religião católica Deus não possui imagem.

Para que o antepassado fosse considerado como divindade era preciso que tivesse mantido uma vida honrada dentro de seu clã. A sua morte também devia ser considerada honrada. Após a morte, o ancestral para ser considerado como divindade seu espírito deveria se manifestar através da possessão de um vivo. Os espíritos dos antepassados eram os responsáveis por atribuir aos familiares vivos forças vitais, de modo que impedissem que estes adoecessem ou que padecessem da morte por mazelas inexplicáveis.



Mas a energia vital não se limita aos vivos. Sua fonte é um deus supremo e único que distribuiu essa força aos ancestrais e aos antepassados no mundo espiritual e, em seguida, no mundo dos vivos, respectivamente aos reis, chefes de aldeias, de linhagens, anciãos, pais, filhos, ao mundo animal, aos vegetais e aos minerais. (DAIBERT, 2014, p. 14)

O sentido de unidade se estalava dentre os indivíduos do clã justamente pela sua ligação aos antepassados que fazia que estes mantivessem sempre a unidade social e religiosa do grupo, os laços entre eles e suas divindades deveriam ser estreitos e constantes, pois um antepassado descontente com os rituais ou a falta deste poderia possuir um vivo pra reclamar atenção e estreitamento dos laços de união entre este e o mundo dos vivos, geralmente após o tratamento desta possessão por ritos adequados o ancestral saciado voltava ao mundo dos mortos, já a pessoa possuída passava a ser em muitas das vezes tratada como mediador dos antepassados com o mundo dos vivos, assumindo assim outros atendimentos como a identificação das razões de mazelas que atingissem os vivos através da adivinhação, como um especialista da magia passava ser oficiante de culto.

Aprimorando o uso da magia para atribuir curas através de rituais que envolviam o uso de ervas e de sacrifício de animais atribuindo assim cura e reposição das forças vitais danificadas por espíritos malignos ou feitiçaria. Por hora podemos considerar que a Religião Banto demonstra um sentido de unidade aproximando de formas espetaculares á unidade dos seres vivos suas divindades e seus antepassados produzindo a harmonia necessária para a vida dos clãs na terra mãe África de modo que a religião produzia uma organização social mantendo o clã unido buscando sempre atribuir a benevolência de suas entidades divinas.

A escravidão africana produziu o desmembramento de famílias e seus clãs trazendo pra a luz da discussão a formação das religiões afro-brasileira e seu contexto histórico, de modo que e preciso considerar a quantidade e variedade de pessoas escravizadas trazidas para o Brasil, pois o contingente é demasiadamente extenso para que se possua a exatidão dos grupos que aqui chegaram, se tem conhecimento das regiões de onde eram tiradas estas pessoas, sabe-se a quantidades de pessoas que aqui chegaram, mais a exatidão de quantos pereceram



em alto mar durante a travessia. Já estalados no Brasil estas pessoas perderam sua identidade passaram a ser tradas como objetos, que por hora poderiam ate mesmo serem descartadas com animais sacrificados.

Voltemos para o foco desta discussão, que deve ser direcionada a historia das religiões afro-brasileiras de modo que é preciso esclarecer sobre a nomenclatura dada aos “bantos”; que foi usado com denominação para diversas etnias importadas da África para o Brasil assim como os “sudaneses” que é de fato somente os nomes dados pelos traficantes de pessoas durante este período, pois estes nomes são relevantes aos portos de embarcação do contingente de pessoas escravizadas na África por seus semelhantes. Semelhantes estes que eram vitoriosos em seus conflitos internos e aprisionavam os derrotados se tornavam proprietários dos infortúnios derrotados.

Os termos genéricos utilizados para denominar estas pessoas demonstra o segundo sinal da desconstrução cultural dos africanos, de modo que após serem escravizados se perde a identidade pessoal e cultural, introduzidos em países dos quais não conheciam absolutamente nada. Degradados durante sua diáspora buscavam de alguma forma se adequar aos padrões do ambiente em que estava cativo. Por meio da inteligência e artimanha mantiveram como foi possível parte de sua cultura social e religiosa.

A inteligência do povo africano proporcionou a estes meios de manter vivos traços da sua crença mesmo que velada de modo que os “senhores” não impedissem seus cultos a antepassados e seu Deus e orixás. Outro fato que colaborou para a preservação de traços culturais destes povos se deu de um novo formato de escravidão, os “escravos de ganho” não ficavam mais presos nas senzalas e podiam viver com mais “liberdade” nas cidades, ampliando assim os horizontes o contato com africanos livres e brancos partilhando do contexto social permiti que estes se comuniquem com os “semelhantes” cultue seus deuses ainda de modo velado, as confrarias eram comuns entre a comunidade negra, casas que funcionavam com albergues abrigavam africanos livres e descendentes.



Mas isso tudo no Brasil foi de importância relativa, pouco afetando a vida do escravo. As organizações de nação tinham um caráter mais religioso e de ajuda mútua, sobretudo tratando-se do negro livre, abandonado à própria sorte, não contando, em caso de doença e morte, nem mesmo com o amparo do senhor. Mas nem incluíam a todos e nem se encontravam por toda a parte. (PRANDI, 2000, p. 58)

Diversos povos reunidos que neste momento demonstram que de algum modo deixaram as diferenças tribais de além-mar, produzindo o sentimento de semelhança e uma “unidade” cultural que passa a ser avaliada de forma genérica e vivenciada por cada um de modo individual. Em períodos anteriores estes mantinham em seus cernes os ressentimento e rivalidades trazidos da África, de modo que em alguns momentos delatavam prováveis rebeliões para os senhores por motivos diversos.

A abolição da escravidão no Brasil libertou estas pessoas de seus cativeiros, no entanto os deixou sem emprego, sem moradia e sem muitas opções para sobreviver às confrarias, as associações administradas pelos mestres de cerimônia do candomblé os apoiavam e lhes davam respaldo na busca por uma integração social. O candomblé como expressão religiosa preserva traços fortes dos bantos que como já citamos anteriormente se tratam de várias etnias da África Meridional, ambientes nos quais se falam por volta de setecentos e duas mil línguas e dialetos aparentados, de regiões como, congo, angola é cabinda. Podemos considerar que no candomblé são reproduzidas as estruturas religiosas e sociais africanas. Observando a hierarquia das divindades que se mostra como a reconstrução das células familiares e da forma que estas cultuavam seus deuses e antepassados.

A família cultua o orixá do chefe masculino, divindade ancestral que ele herda patrilinearmente, e que é o orixá principal de todos os filhos. Cada esposa cultua também o orixá da família de seu pai, que é o segundo orixá de seus filhos. Assim, os irmãos devem culto ao orixá do pai, que é o mesmo para todos, e ao orixá da mãe, que pode ser diferente de acordo com a herança materna. (PRANDI, 2000, p. 61)

No candomblé também se contrapõe a tradição matriarcal da sociedade Geledé juntamente com esta que cultua os ancestrais e heróis também se cultua as grandes mães. Na construção das religiões afro-brasileiras a casa do santo ou terreiro de candomblé busca seguir estes conceitos, a sabido que não é como cada pessoa identificar de qual orixá é descendente, portanto se utiliza do trabalho do pai



ou da mãe de santo que nesta construção no Brasil assumiu toda a magia tornando desnecessário o babalaô. Repleto de simbolismo religioso cultural e social o negro escravizado recriou no Brasil a representação das sociedades africanas dos tempos do reino de Oyó o que mais se aproxima se disto. O candomblé foi visto como uma crença de negro, deste modo houve também neste setor medidas de branqueamento surgindo assim à umbanda que se trata de uma versão mais branca do candomblé.

A sociedade branca, que já no início do século criara uma versão mais branqueada do candomblé, a umbanda, capturou então, num outro movimento de inclusão, aquela que durante um século tinha sido a religião dos negros. Já estávamos na sociedade de massa e o candomblé seria o grande reservatório da cultura brasileira mais próxima da África. (PRANDI, 2000, p. 63)

Alguns brasileiros começam a reconhecer suas origem e respeitar as religiões de matriz africana, no entanto ainda hoje após tantas descobertas e aprendizado existe uma visão preconceituosa para com estas religiões, que demonstram a origem da riqueza cultural instaurada em nosso país, e preciso reconhecer que o negro escravizado construiu com seu sangue e suor o nosso país, pois juntamente com os colonizadores e senhores de engenho esteve presente na apropriação de terras mesmo que contra sua vontade, o negro esteve presente. E de suma importância ressaltar que o negro explorado antes mesmo das migrações incentivadas pelo desejo de fazer a vida no mundo novo. Esteve neste solo lutou de todas as formas possíveis para sobreviver à exploração e foi além, conseguiu usando de sua inteligência e sabedoria resguardar partes de sua cultura original e contribuiu culturalmente para a formação de um novo povo e país.

Considerações Finais

O fato mais interessante evidenciado durante a pesquisa que se decorre é o de que além de curandeiro e sacerdote alguns destes eram responsáveis por associações secretas que reuniam dinheiro doado por negros já libertos, para a



compra de alforrias de outros escravizados, por tanto nem sempre a riqueza encontrada nestas instalações pertencia de fato ao sacerdote. A falta de assistência médica e os costumes repassados geração após geração levavam os negros escravizados a buscarem sempre o amparo de sacerdote para suas contendas sejam essas para abrandar o coração do seu senhor para que não fosse tão rígido no castigo, ou para curar se de suas enfermidades.

Por tanto é possível afirmar que os negros escravizados souberam se adaptar as condições de vida que lhes fora imposta durante sua escravidão, e não só como seus senhores percebiam e acreditavam estarem mantendo os cativos e obedientes, conseguiram mesmo que de uma forma sincrética manter suas manifestações religiosas, dando assim origem manifestações religiosas afro-brasileiras.

Referências

BASTIDE, Roger. O candomblé da Bahia: rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DAIBERT, Robert. A religião dos bantos: novas leituras sobre o calundu no Brasil colonial. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 28, n. 55, p. 7-25, janeiro-junho 2015.

PARÉS, Luis Nicolau. O rei, o pai e a morte: a religião vodum na antiga Costa dos Escravos na África Ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PRANDI, Reginaldo. “Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização”. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, jun. 1998.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. Revista USP, São Paulo, n.46, p. 52-65, junho/agosto 2000.